



Estratégias de meios de vida como instrumento de luta pela terra: um estudo de caso familiar quilombola

Livelihood strategies as an instrument of struggle for land: a peasant family case study.

SANTOS, Daniel Silva do Carmo¹; SANTOS, Raissa Rafaella Silva dos²; COSTA, Carolina Silveira³.

¹ Doutorando do PPG em Desenvolvimento Rural/UFRGS, daniel.sca.santos@gmail.com; ² Coordenadora de ciências agrárias, Cáritas Diocesana de Itabira-MG, raissa.agronomia@gmail.com; ³ Doutoranda do PPG em Desenvolvimento Rural/UFRGS, silveiraca2016@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Ancestralidades, terra e território

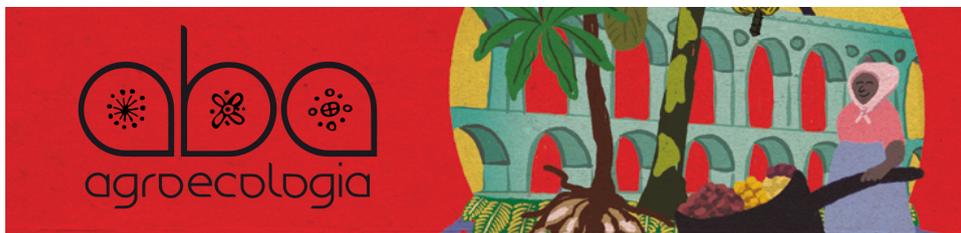
Resumo: Este estudo objetiva visibilizar as orientações de atores sociais no delineamento de estratégias de meios de vida como instrumento de territorialização e conquista da terra, tornando visível um campo sociomaterial que possibilita suas reproduções sociais. Narra-se a capacidade de agência de atores sociais de um núcleo familiar quilombola, colocando em pauta o repertório sociomaterial intrínseco aos seus modos e meios de vidas estabelecidos em seus territórios. A capacidade de agência e práticas sóciomateriais nos permitem visibilizar relações afetivas, migrações, a conquista da terra e uma série de existências e ações sociais que fazem emergir novas territorialidades.

Palavras-chave: território; família quilombola; capacidade de agência.

Introdução

O território amazônico é caracterizado por uma diversidade de grupos sociais que estabelecem uma polissemia de identidades a partir de suas territorialidades, como povos originários, povos da floresta, povos das águas, pescadores tradicionais, quebradeiras de coco babaçu, varzeiros, entre outras (WITKOSKI, 2007; SALES e PORRO, 2014). Como meios de reprodução social, estes segmentos sociais apresentam formas distintas de uso dos recursos naturais, que denotam formas diversas e estratégicas de meios de vida. Essas características conformam formas particulares de adaptação às condições de pressões ambientais e de formas de (r)existência a condições estruturantes, como violações e exclusões provocadas pelo próprio Estado e pelo paradigma desenvolvimentista.

A ampla diversidade sociocultural conforma também uma grande diversidade de uso e ocupação da terra. Historicamente, os povos tradicionais da região amazônica estabelecem formas de uso comum da terra e de elementos ofertados pela natureza. Até 1960, por exemplo, grandes extensões de terras ainda eram de livre acesso e utilizadas essencialmente por esses segmentos sociais, como os caboclos e os imigrantes nordestinos (muitos migrando inicialmente durante o ciclo da borracha) que fazem uso de roçado para o sistema de coivara, combinando diversas atividades direcionadas essencialmente para o autoconsumo (LOUREIRO, 2014).



Contudo, ao longo do tempo, houve desarticulação desses métodos tradicionais, especialmente durante a ditadura militar, quando a região foi integrada aos mercados nacional e internacional, ignorando sua diversidade sociocultural. Nos últimos anos, tem ocorrido fortes ações para desterritorializar povos tradicionais, muitas vezes impulsionados por ferramentas institucionais do Estado, como o projeto de lei 490/2007, que ameaça terras indígenas e quilombolas, infringindo direitos garantidos pela Constituição de 1988. Diante disso, a luta pela demarcação de terras torna-se uma forma de reivindicar territórios e modos de vida.

Além das categorias identitárias mencionadas, camponeses também empregam diversas estratégias de luta pela terra, incluindo abordagens coletivas, sindicais, familiares e econômicas, todas entrelaçadas nas experiências territoriais. Este estudo concentra-se em comunidades rurais em Viseu-PA, para destacar como os atores sociais orientam os meios de vida e processos de territorialização, revelando um campo sociomaterial que permite suas reproduções sociais.

Metodologia

Esta pesquisa etnográfica é fruto de encontros e vivências contínuas ocorridas entre 2016 e 2017, durante incursões intermitentes junto a famílias pertencentes a distintas comunidades do município de Viseu, localizado na região amazônica do Brasil. As experiências sóciomateriais de territorialização dessas famílias forneceram informações etnográficas que delineiam as corporeidades territoriais das camadas sociais amazônicas. Este estudo em específico analisa-se as estratégias de meios de vida adotadas por uma unidade familiar com o intuito de alcançar a posse formal de uma porção de terra.

Ressalta-se que, após o período abrangido por esta pesquisa, a comunidade conquistou oficialmente o título de "Comunidade Quilombola" através do reconhecimento conferido pela Fundação Palmares. Inicialmente, esse reconhecimento se apoiou na dimensão cultural, especialmente na secular tradição da batucada em homenagem a São Benedito (SILVA, 2015). Naquela ocasião, a pesquisa não se aprofundou na tessitura da vida comunitária, mas sim nas experiências de distintos núcleos familiares provenientes de várias comunidades e em suas interações com o entorno natural. Essas experiências englobaram a luta pela terra, constituindo um panorama que situa as coletividades comunitárias. Portanto, o cerne deste trabalho reside na emersão das etapas iniciais dessa luta, uma mobilização que se desencadeia através de estratégias de meios de vida como formas de resistência.

São narradas as interações sóciomateriais e o afeto pela terra. Nesse contexto, faz-se uso do conceito de "meios de vida" (livelihoods), uma perspectiva que possibilita a mobilização dos elementos sóciomateriais enquanto mecanismos de resistência e territorialização. O termo "meios de vida" engloba um espectro variável de recursos, como terra, trabalho, vegetação, conhecimento, tecnologia e diversos mecanismos de produção de alimentos, além das relações interpessoais (HEBINCK, 2007). Estes recursos são acessados e empregados de maneiras diversas, visando assegurar a reprodução sociomaterial e cultural dos indivíduos inseridos nesse



contexto. Cabe ressaltar que tais meios de vida são influenciados e ativados por um campo imaterial composto por elementos culturais, ancestralidade e um campo afetivo que tangibiliza um saber intrínseco ao ambiente, bem como uma sociabilidade intrínseca à comunidade.

Nesta pesquisa etnográfica, foram empregadas entrevistas semiestruturadas e a Cartografia Social, que permitiu a criação de um mapa do sítio desenhado pelos próprios membros envolvidos. A pesquisa envolveu visitas, escuta atenta das histórias de vida, observação das atividades agrícolas e extrativismo vegetal, entre outros aspectos. A Cartografia Social é uma metodologia participativa que permite que grupos sociais delineiem seus territórios e realidades, revelando conflitos, modos de vida e demandas sociais em contextos frequentemente marginalizados (ALMEIDA, 1993). Enfatiza-se que este trabalho se concentrou na visibilidade das estratégias de meios de vida como ferramenta de luta pela terra, enquanto a pesquisa abrangente contempla análises mais profundas.

Na época do estudo, o núcleo familiar em questão era composto por seis indivíduos: Dona Luci (61 anos), o Sr. Miguel (61 anos) e seus quatro netos, dois meninos (com 4 e 8 anos) e duas meninas (com 10 e 15 anos). Essa família reside na comunidade quilombola João Grande, situada a 8 km do centro de Viseu. Nesse ambiente, todos os netos usufruíam de acesso à educação, bolsa família e participavam de diferentes maneiras das atividades realizadas no sítio, englobando tanto o espaço habitacional quanto as áreas de cultivo agrícola.

Resultados e Discussão

No contexto amazônico, semelhante a outros grupos sociais da região, os participantes deste estudo careciam de documentos legais que atestassem sua posse da terra. Assim, buscavam formalmente garantir direitos territoriais que historicamente não haviam sido reconhecidos, seja recorrendo a processos jurídicos ou administrativos. Estabeleciam seus meios de vida em terras do Estado ou através de arranjos de parceria em "terra de parentes" e conexões de compadrio. Presume-se que as "terras de parentes" derivavam de áreas originalmente utilizadas de forma coletiva, que ao longo do tempo foram reafirmadas e legitimadas por meio de registros formais. Embora não haja detalhes aprofundados sobre como exatamente ocorreram os processos de deslocamento e reafirmação territorial no município estudado, entende-se que a formação das vilas da região tem como traço comum o envolvimento de variados segmentos sociais do campo. As práticas tradicionais de ocupação e cultivo da terra, que conferiam status de "posse" aos caboclos, baseavam-se na transferência do território entre gerações, organizada por complexas malhas de parentesco.

Diante da ausência histórica de reconhecimento de direitos de posse e propriedade, fundamental para as práticas de ocupação e uso tradicionais nas diversas realidades amazônicas, grupos tradicionais se empenharam em obter a formalização da propriedade da terra. Isso visava salvaguardar a autonomia na agricultura para consumo próprio e fortalecer os meios de vida ancorados na



combinação de atividades agrícolas e extrativistas. Tais métodos, arraigados na tradição, são pilares da Agroecologia. Inicialmente, a busca pela titularização visava a proteger juridicamente os territórios da comunidade contra possíveis desapropriações. Recentemente reconhecida como Comunidade Quilombola em termos culturais, a mobilização comunitária de João Grande agora foca na demarcação fundiária do território enquanto categoria quilombola. As "cercas" referem-se às demarcações documentais, embora a reciprocidade seja evidente nas relações produtivas e socioculturais da comunidade.

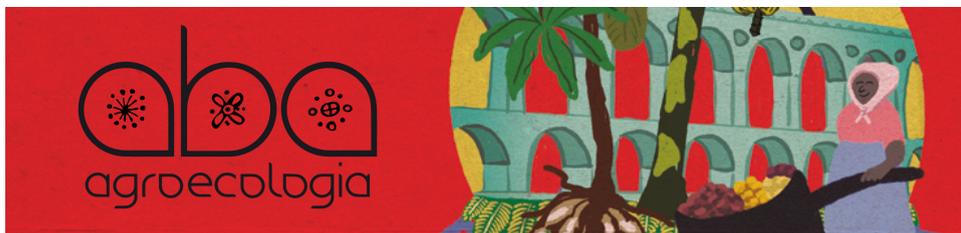
Essas estratégias se estendem a outras famílias que se constituem a outras categorias, como a camponesa. De acordo com narrativas, surgem uma variedade de táticas visando a formal aquisição de propriedade da terra, incluindo desde a junção de fundos econômicos entre unidades familiares até a criação de pequenos negócios não agrícolas para ampliação da renda. Em suma, a reprodução dessas famílias passa por diversas estratégias de uso da terra, como uso comum por várias famílias, a sujeição do trabalho em terras arrendadas ou na forma de meia e a busca enquanto propriedade privada.

Antes de possuírem o controle sobre a terra, Dona Luci e Sr. Miguel (Núcleo Familiar) eram meeiros. Miguel, em particular, trabalhava como diarista nos roçados de outros agricultores. Estes eram os meios de sustento da família, porém não havia autonomia do trabalho, nem estabilidade produtiva e alimentar, pois “dependia das terra dos outros” para o sustento. “Se eu roçasse duas tarefa¹, ganhava uma, se eu roçasse quatro tarefa, ganhava duas, foi assim que eu criei meus filhos”, relatou o agricultor. Essa sujeição e deterioração do trabalho foi destacada por Franco (1983), no período imediatamente após a escravatura, constatando a sujeição socioproductiva de trabalhadores que não tinham o controle e propriedade da terra.

Como tantos segmentos sociais que se encontram destituídos do controle territorial, engajando-se como meeiros e/ou arrendatários, negligenciados pelas estruturas estatais, Miguel e Luci viveram o dilema de pertencerem ao conjunto social do campo e, ao mesmo tempo, não fazerem parte da partilha da terra. Estes indivíduos representam entidades que trilharam os trajetos transicionais dos espaços geográficos (da utilização coletiva à posse privada das terras), cada vez mais delimitados e configurados, percebendo a carga do trabalho árduo na busca pela manutenção do núcleo familiar.

O sentido do trabalho é a terra; sem essa o trabalho entra em erosão, algo percebido na fala do entrevistado (“Se eu roçasse duas tarefa, ganhava uma”). O trabalho era em dobro, plantava-se para comer e para economizar dinheiro, proveniente das diárias em “terrenos dos outros”. Com o dinheiro poupado se comprava búfalos, que pastavam no “terreno dos outros”. Os animais, ao mesmo tempo que se constituíam como força de trabalho no transporte de produtos agrícolas, também eram idealizados como uma poupança econômica de anos de trabalho da família. Foi por meio da venda dos únicos três búfalos que Miguel e Luci

¹ Tarefas são unidades de medidas territoriais comumente utilizadas pelos camponeses da Amazônia para delimitar o tamanho dos seus roçados, em que uma unidade (tarefa) equivale a 0,3025 ha na Amazônia.



compraram a terra. Ao relatar como ocorreu esta conquista, Miguel, a todo o momento, referenciava a sua religiosidade, fazendo dos ensinamentos bíblicos o sentido de viver. A “fé” em conquistar uma terra e nela fortalecer o sentido e o resultado do trabalho era o impulso simbólico para concretizar essa busca: “Quando foi em 2010, Deus me deu essa terra”, disse o entrevistado. Abaixo, o mapa cartográfico (Figura 1) da terra da família quilombola.



Figura 1: Cartografia social do sítio desenvolvida e ilustrada conjuntamente com o Núcleo Familiar. Comunidade João Grande.

O controle sobre a terra representa a liberdade do quanto plantar e do quanto colher, do estabelecimento de coexistência com a terra e os elementos da natureza, expressando uma biointeração (SANTOS, 2015). A partir da terra, o trabalho não estava sujeitado ao patrão, expressando a sua valorização. “Hoje a nossa vida melhorou muito, porque, pelo menos, se antes eu roçava quatro pra ganhar duas, hoje eu roço quatro e as quatro são minha, quer dizer que melhorou cem por cento [100%]”, expressou o entrevistado mostrando entusiasmo de possuir a própria terra. O sítio desse núcleo familiar possui 9 ha, separado da área de moradia por uma distância de 600 metros.

Conclusões

A ancestral jornada em busca da terra revela a dinâmica da unidade familiar como um organismo em constante movimento, impulsionado por uma interconexão sociomaterial que legitima sua agência latente, que se manifesta na formulação de estratégias para acessar recursos, na adaptação ao ambiente e na resiliência social, resistindo às estruturas de poder mais amplas. Por um lado, tais estruturas hegemônicas exercem uma tendência à desterritorialização das comunidades



tradicionais, impondo pressões de variadas naturezas. Contudo, também desencadeiam respostas sociomateriais intrínsecas, refletidas em "estratégias de meios de vida" arraigadas nas próprias territorialidades.

A aquisição da terra representou a concretização de meios de subsistência mais estáveis para essas famílias, estabelecendo uma preservação das identidades territoriais fundamentada em práticas agroecológicas. A luta pela posse e governança da terra foi permeada por estratégias de meios de vida, envolvendo a mobilização de elementos econômicos, socioculturais, simbólicos (como a motivação da fé) e ambientais (como atividades de extrativismo), todos ilustrando a resiliência e a agência social inerente às comunidades tradicionais, independentemente de contexto temporal ou geográfico. Atualmente, a luta das famílias está pelo reconhecimento fundiário da comunidade enquanto território quilombola. Tal pleito visa o pleno reconhecimento do território como um espaço de ancestralidade e pertencimento. Vislumbra-se a coletivização das parcelas territoriais, ainda que, pragmaticamente, já se verifique essa configuração colaborativa nos usos e nas alianças estabelecidas para as atividades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo. W. B. de (org.). **A guerra dos mapas**. Belém: falangola, 1993.

SANTOS, Antônio B. dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

FRANCO, Maria. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós. 1983. 253 p.

HEBINCK, Paul. Investigating Rural Livelihoods And Landscapes In Guquka And Koloni: An Introduction. In: HEBINCK, Paul; LENT, Peter. C. (org.). **Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and their resources**. Boston: Brill, 2007. p. 1-32.

LOUREIRO, Violeta. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2014. 383p.

SALES, Sammy. S.; PORRO, Noemi. S. M. Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, p. 225-240, 2014.

SILVA, Raimundo. G.; **Entre o tambor e a aparelhagem: mudanças sonoras na festividade de São Benedito de Jão Grande, em Viseu (década de 1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); UFPA, 2015.

WITKOSKI, Antônio. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007. 484 p.